

1 Contexto Operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou "Dimed" e suas controladas (conjuntamente) a "Companhia", sediada em Porto Alegre / RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Dimed conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Brasília e Espírito Santo, além de 307 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A controladora é uma sociedade anônima listada na BM&F BOVESPA ("PNVL3", "PNVL4").

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A Empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Dimed.

A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Dimed.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Dimed. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio

líquido atribuível a acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas são totalmente consolidadas, sendo incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas as empresas Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda e Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.

Das transações realizadas entre as empresas controladas e a controladora, os saldos das contas, as receitas e despesas decorrentes destas transações, bem como os correspondentes lucros, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Dimed.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Dimed.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Dimed classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis e ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Dimed compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber de clientes" (Nota 9) e "Demais contas a receber".

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Dimed e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Dimed tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no "resultado financeiro".

A Dimed avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Dimed reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de fornecedores registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os fornecedores, o valor líquido foi registrado no ativo na linha "Demais contas a receber".

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. São adotados os seguintes critérios para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Dimed, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Inicialmente a Dimed realiza análise para verificar se existe evidência objetiva de *impairment*, em caso positivo, o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Dimed pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Dimed. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante e, por não representar ajustes significativos ou relevantes nas demonstrações financeiras, não são trazidas a valor presente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de encargos de cartão de crédito e descontos financeiros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o preço de mercado ou valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas, quando consideradas como necessárias pela Administração.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, no fim de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados a valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são os desembolsos iniciais realizados pela Dimed para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 16.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas na sua totalidade como passivos circulantes, devido aos prazos de vencimentos usualmente negociados serem inferiores há um ano ou ao ciclo operacional normal, conforme demonstrado na Nota 19.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, ajustado ao valor presente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Dimed tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Dimed tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco, com base no parecer dos advogados da Dimed, atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritos na Nota 26.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida

mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A Companhia remunera seus colaboradores através do programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), onde são estabelecidas metas específicas do negócio, tendo como variáveis metas de vendas, rentabilidade dos produtos, despesas operacionais e lucro líquido. Esta remuneração é reconhecida como um passivo e uma despesa (como vendas ou administrativa) de participação nos resultados quando as metas pré-estabelecidas forem atingidas.

(b) Outros benefícios a empregados

Além da remuneração fixa concedida aos empregados e administradores (salários, contribuições previdenciárias, FGTS, 13º salário e férias), são disponibilizados plano de saúde privado, auxílio farmácia e auxílio creche, sendo registrados no resultado do exercício com base em regime de competência, à medida que ocorreram.

2.17 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, caso ocorram, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago pela Dimed na aquisição de ações em tesouraria, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Dimed até que as ações sejam canceladas.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Dimed. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Dimed.

A Dimed reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades. A Dimed baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias

As receitas de vendas de mercadorias realizadas diretamente aos seus clientes ou através de seus centros de distribuição são reconhecidas quando os valores de venda sejam mensuráveis de forma confiável, quando os custos incorridos em relação à transação sejam mensuráveis de forma confiável, que seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos e que os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

(b) Prestação de serviços

A Dimed presta serviços de venda de recarga de créditos para celular, aplicação de injeção e aferição de pressão aos seus clientes. A receita é reconhecida através do regime de competência.

(c) Ressarcimento com aportes

São classificados como "Outras receitas operacionais, líquidas" os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Este ressarcimento é reconhecido no momento de seu recebimento, pois não reúnem as condições necessárias quando são realizadas as vendas pela Companhia.

(d) Operador logístico

A Dimed também presta serviços de operador logístico, gerenciando e executando todas as atividades logísticas, para atendimento do abastecimento de redes varejistas, quando estas adquirem mercadorias diretamente da indústria farmacêutica.

(e) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras da Dimed usualmente derivam de aplicações em que a taxa efetiva de juros estão vinculadas à variação do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

2.19 Arrendamento mercantil

- Financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Dimed os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Tais contratos são caracterizados como arrendamento mercantil financeiro, sendo os ativos adquiridos através destes registrados no imobilizado pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Estes ativos são depreciados pelas taxas mencionadas na Nota 15. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- Operacional

Os contratos de locação de unidades comerciais da Dimed são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos ao resultado do exercício como despesa operacional, conforme descrito na Nota 38.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Dimed é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Dimed ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Dimed, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente" no Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na Nota 29. Os juros sobre o capital próprio são computados aos dividendos do período conforme previsto no Artigo 24 do Estatuto Social da Dimed. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Dimed incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a) Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujo os prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente

pela Administração frente ao risco da perda destes estoques.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As estimativas para a realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde são considerados como risco de inadimplência através da análise individualizada por clientes.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, conforme nota 2.14, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d) Programa de fidelidade

A receita referente ao programa Fidelidade Panvel é diferida com base nas estimativas de resgate históricas dos últimos 12 meses dos pontos em aberto no programa. O valor justo dos pontos emitidos é calculado pelo saldo acumulado da quantidade estimada de pontos a serem resgatados no Programa Fidelidade multiplicado pelo seu valor unitário previsto no regulamento vigente ao final de cada exercício. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram no final do período de um ano subsequente ao da compra.

Avaliação Impacto MP 627

A Companhia elaborou avaliação das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013. Cabe ressaltar que as disposições contidas na MP 627 são vigentes a partir de 2015, com a possibilidade de opção para a antecipação de seus efeitos ainda em 2014. A opção pela antecipação oferece alguns benefícios, tais como a eliminação de alguns riscos de contingências fiscais, em especial no que tange à dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio e à isenção de imposto sobre a renda sobre dividendos, ambos pagos com base no lucro societário, em detrimento do lucro fiscal. Foram avaliados os potenciais efeitos da opção pela não antecipação e mensurados como não significativos. A possível conversão da MP 627 em lei pode resultar em alteração na nossa avaliação. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Dimed a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Dimed se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Dimed. A Dimed não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela controladoria da empresa, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Administrativa. A controladoria, através do departamento de tesouraria, identifica, avalia e protege a Dimed contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Dimed. O Conselho de Administração e a Diretoria Administrativa estabelecem os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

A Dimed não atua internacionalmente, sendo esporádicas as operações envolvendo importação de insumos ou de ativos imobilizados e a exportação de mercadorias. Dessa forma, nossos ativos, passivos, receitas e despesas estão denominadas em reais. A Administração da Dimed não identifica que ela esteja exposta a risco cambial decorrente de variação no preço de moedas estrangeiras.

Devido às características de sua operação e de seu mercado, predominantemente nacional, a administração não possui uma política formal de gerenciamento de risco cambial.

A Dimed não possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estejam expostos ao risco cambial.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Dimed não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Dimed são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Dimed decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados (como CDBs). Os empréstimos emitidos e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2013 e 2012, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" ou que possuam operações de reciprocidade com a Dimed. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, através de reuniões semanais e sistemas eletrônicos. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do departamento de tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo departamento de compras. A tesouraria monitora continuamente as previsões de exigências de liquidez da Dimed para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Dimed não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Dimed, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para a administração

do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas correntes, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 11.280 (R\$ 19.086 em 2012) que se espera, gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Dimed, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial.

	Controladora			
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	151.661	-	-	-
Financiamento BNDES Automático	2.915	4.751	2.082	-
Financiamento BNDES Finame	1.003	1.493	711	-
Arrendamento Mercantil	644	1.288	1.286	-
Capital de Giro – BRB (FIDE)	283	-	-	11.472
Capital de Giro - Badesul	-	5.000	-	-
Total	156.506	12.532	4.079	11.472

	Controladora			
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	160.410	-	-	-
Financiamento BNDES Automático	3.366	2.607	5.732	-
Financiamento BNDES Finame	1.305	1.169	2.848	-
Arrendamento Mercantil	664	799	1.199	-
Capital de Giro - Badesul	-	12.500	2.500	-
Financiamento BNDES Finem	-	13.715	16.763	-
Total	165.745	30.790	29.042	-

	Consolidado			
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	151.475	-	-	-
Financiamento BNDES Automático	2.915	4.751	2.082	-
Financiamento BNDES Finame	1.059	1.596	711	-
Arrendamento Mercantil	644	1.288	1.286	-
Capital de Giro – BRB (FIDE)	283	-	-	11.472
Capital de Giro - Badesul	-	5.000	-	-
Total	156.376	12.635	4.079	11.472

	Consolidado			
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	160.036	-	-	-
Financiamento BNDES Automático	3.366	2.607	5.732	--
Financiamento BNDES Finame	1.360	1.216	2.848	-
Arrendamento Mercantil	664	799	1.199	-
Capital de Giro - Badesul	-	12.500	2.500	-
Financiamento BNDES Finem	-	13.715	16.763	-
Total	165.426	30.837	29.042	-

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguido de dois outros cenários, sendo o cenário II uma possível variação de 25% nas taxas de juros e o cenário III uma variação de 50% nas taxas de juros, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Índices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25%)	Cenário III (variação 50%)
CDI - %		7,00	8,75	10,50
TJLP - %		5,00	6,25	7,50
	Aplicações Financeiras - Renda Fixa	882	1.102	1.323
	Financiamento BNDES Automático	96	120	144

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Dimed ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Dimed pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Dimed monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Dimed tem como estratégia de negócio manter sua alavancagem financeira em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 20)	62.505	29.710	62.607	29.869
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(16.524)	(14.332)	(18.892)	(28.245)
Dívida líquida	45.981	15.378	43.715	1.624
Total do patrimônio líquido	276.897	233.640	276.897	233.640
Total do capital	322.878	249.018	320.612	235.264
Índice de alavancagem financeira - %	14,24	6,18	13,63	0,69

5 Instrumentos financeiros por categoria

Segue abaixo tabela de classificação dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos e recebíveis		Empréstimos e recebíveis	
	2013	2012	2013	2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	7.362	9.093	7.613	9.159
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	143.387	153.129	145.513	155.405
	150.749	162.222	153.126	164.564

	Controladora		Consolidado	
	Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado		Ativos mensurados de valor justo por meio do resultado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Aplicações Financeiras – Renda Fixa(*)	9.162	5.239	11.279	19.086
	9.162	5.239	11.279	19.086

(*) As informações sobre a liquidez dos fundos de renda fixa estão detalhados na Nota 4.

	Controladora		Consolidado	
	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
	2013	2012	2013	2012
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	160.410	151.661	160.036	151.475
Empréstimos	62.505	29.710	62.607	29.869
Obrigações por arrendamento mercantil	2.662	3.218	2.662	3.218
	225.577	184.589	225.305	184.562

Controladora

As contas a receber e caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis", as aplicações financeiras de renda fixa como ativos ao valor justo por meio do resultado, as contas a pagar e empréstimos são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	40.214	52.933	40.214	52.933
Grupo 2	68.357	60.147	70.622	62.266
Grupo 3	17.310	19.353	17.310	19.353
Total de contas a receber de clientes	125.881	132.433	128.146	134.552
Depósitos bancários de curto prazo	5.223	6.717	5.474	6.780
Total dos Depósitos bancários de curto prazo	5.223	6.717	5.474	6.780

- Grupo 1 – créditos a receber de administradoras de cartão de crédito.
- Grupo 2 – clientes existentes sem inadimplência nos últimos 12 meses.
- Grupo 3 – clientes existentes com algumas inadimplências nos últimos 12 meses, sendo que as inadimplências foram totalmente recuperadas.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Recursos em caixa (filiais do varejo)	2.139	2.376	2.139	2.379
Depósitos bancários de curto prazo	5.223	6.717	5.474	6.780
	7.362	9.093	7.613	9.159

8 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Aplicações Financeiras – Renda Fixa (*)	9.162	5.239	11.279	19.086
	9.162	5.239	11.279	19.086

(*) As informações sobre a liquidez dos fundos de renda fixa estão detalhados na Nota 4.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de clientes	99.748	92.392	101.751	94.527
Contas a receber de cartão crédito	40.214	52.933	40.214	52.933
Menos provisão para encargos financeiros e taxa de cartão de crédito	(1.006)	-	(1.006)	-
Menos: provisão para PDD de contas a receber de clientes	(7.442)	(6.165)	(7.511)	(6.211)
Contas a receber de clientes, líquidas	131.514	139.160	133.448	141.249

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	2013	2012
Até 30 dias	74.040	81.028
31 a 60 dias	34.531	32.052
61 a 90 dias	9.166	10.416
91 a 120 dias	3.911	5.219
121 a 150 dias	2.062	2.020
151 a 180 dias	1.000	894
Mais de 180 dias	1.171	804
	125.881	132.433
Vencidos		
Até 30 dias	5.069	5.694
31 a 90 dias	1.570	1.033
Acima de 90 dias	7.442	6.165
	14.081	12.892
Provisão para encargos financeiros e taxa de cartão de crédito	(1.006)	-
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(7.442)	(6.165)
Total Controladora	131.514	139.160
Partes relacionadas - contas a receber clientes (Lifar)	1.399	1.577
Partes relacionadas - contas a receber clientes (Dimesul)	866	558
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(331)	(46)
Total Consolidado	133.448	141.249

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo do início do ano	(6.165)	(5.660)	(6.211)	(5.705)
Complemento de provisão no exercício	(3.181)	(1.398)	(3.207)	(1.508)
Valores baixados da provisão	1.904	893	1.907	1.002
Saldo final do ano	(7.442)	(6.165)	(7.511)	(6.211)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas de vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Dimed não mantém nenhum título como garantia.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Mercadorias para revenda	244.423	206.082	244.817	206.281
Produtos prontos	-	-	1.042	2.024
Matérias primas	-	-	3.634	3.158
Materiais de consumo/almojarifado	1.041	1.150	1.060	1.178
(-)Provisão para perdas nos estoques	(1.968)	(2.188)	(2.124)	(2.282)
	243.496	205.044	248.429	210.359

O custo dos estoques reconhecidos no resultado da Dimed totalizou o montante de R\$ 1.357.421 e R\$ 1.358.399 na Companhia (R\$ 1.181.154 e R\$ 1.181.278, respectivamente, em 2012), conforme nota 32.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo do início do ano	(2.188)	(1.581)	(2.282)	(1.653)
Complemento de provisão	(2.752)	(975)	(2.820)	(1.067)
Valores baixados da provisão	2.972	368	2.978	438
Saldo final do ano	(1.968)	(2.188)	(2.124)	(2.282)

11 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda - pessoa jurídica -IRPJ	4.198	2.201	4.634	2.383
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	2.177	626	2.301	676
	6.375	2.827	6.935	3.059

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.079	297	1.145	373
Programa de Integração Social - PIS	-	602	8	636
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	2.772	36	2.924
Imposto de renda retido na fonte sobre lucro líquido	191	191	191	191
Outros impostos	17	12	18	12
	1.287	3.874	1.398	4.136
Não Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.237	959	3.237	959
	3.237	959	3.237	959

13 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa de uso restrito (*)	-	1.614	-	1.614
Imóveis para venda	372	921	372	921
Outros ativos	-	338	-	342
Total	372	2.873	372	2.877

(*) Este recurso foi concedido como garantia através de penhor cedular para o financiamento para capital de giro no valor de R\$ 11.755 em 2012 pelo Banco Regional de Brasília, sendo utilizado para a amortização do Capital de Giro BRB (Fide) em outubro de 2013.

14 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

Controladora										
2012										
Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro Líquido do exercício	Saldo Inicial em 1º de janeiro	Integralização de Capital	Resultado da Equivalência	Dividendos Recebidos	Total do Investimento	
Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda	500	499.999	99,99%	14.528	1.915	13.173	-	1.969	(769)	14.373
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda	8.978	19.999	99,99%	13.569	3.462	1.149	8.958	3.462	-	13.569
					14.322	8.958	5.431	(769)		27.942
Controladora										
2013										
Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro Líquido do exercício	Saldo Inicial em 1º de janeiro	Integralização de Capital	Resultado da Equivalência	Dividendos Recebidos	Total do Investimento	
Lifar Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda	500	499.999	99,99%	15.336	1.534	14.373	-	1.521	(727)	15.167
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda	8.978	19.999	99,99%	20.229	9.160	13.569	-	9.160	(2.500)	20.229
					27.942	-	10.681	(3.227)		35.396

15 Imobilizado

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora:

CONTROLADORA	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias em prédios alheios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011									
Custo	22.381	7.604	13.857	27.173	18.031	1.902	157	16.998	108.103
Depreciação acumulada	(8.323)	(3.073)	(7.176)	(11.037)	(10.525)	(1.361)	-	(6.477)	(47.972)
Saldo contábil líquido	14.058	4.531	6.681	16.136	7.506	541	157	10.521	60.131
Em 31 de dezembro de 2012									
Saldo Inicial	14.058	4.531	6.681	16.136	7.506	541	157	10.521	60.131
Aquisições	14	558	3.214	4.829	3.159	3.243	5.253	3.687	23.957
Baixas	-	(2)	(34)	(188)	(64)	(21)	-	(143)	(452)
Depreciações	(41)	(327)	(859)	(2.129)	(1.806)	(176)	-	(958)	(6.296)
Transferências	(8.958)	-	-	108	-	-	(108)	-	(8.958)
Saldo contábil líquido	5.073	4.760	9.002	18.756	8.795	3.587	5.302	13.107	68.382
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2012									
Custo	5.290	8.157	16.976	31.834	20.371	4.903	5.302	20.431	113.264
Depreciação acumulada	(217)	(3.397)	(7.974)	(13.078)	(11.576)	(1.316)	-	(7.324)	(44.882)
Saldo contábil líquido	5.073	4.760	9.002	18.756	8.795	3.587	5.302	13.107	68.382

CONTROLADORA	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias em prédios alheios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012									
Custo	5.290	8.157	16.976	31.834	20.371	4.903	5.302	20.431	113.264
Depreciação acumulada	(217)	(3.397)	(7.974)	(13.078)	(11.576)	(1.316)	-	(7.324)	(44.882)
Saldo contábil líquido	5.073	4.760	9.002	18.756	8.795	3.587	5.302	13.107	68.382
Em 31 de dezembro de 2013									
Saldo Inicial	5.073	4.760	9.002	18.756	8.795	3.587	5.302	13.107	68.382
Aquisições	-	18.162	2.902	6.577	4.006	429	46.391	4.704	83.171
Baixas	-	(47)	(15)	(151)	(38)	(4)	(60)	(157)	(472)
Depreciações	(19)	(394)	(1.149)	(2.687)	(2.404)	(432)	-	(1.296)	(8.381)
Transferências	1.520	-	-	-	-	-	(1.520)	-	-
Saldo contábil líquido	6.574	22.481	10.740	22.495	10.359	3.580	50.113	16.358	142.700
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2013									
Custo	6.809	26.262	19.855	38.216	23.995	5.135	50.113	24.915	195.300
Depreciação acumulada	(235)	(3.781)	(9.115)	(15.721)	(13.636)	(1.555)	-	(8.557)	(52.600)
Saldo contábil líquido	6.574	22.481	10.740	22.495	10.359	3.580	50.113	16.358	142.700

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2013	2012
Imóveis e prédios	3	3
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias em prédios alheios	7	7

b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado:

CONSOLIDADO	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias em prédios alheios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011									
Custo	22.381	9.781	14.214	27.478	18.285	2.009	157	19.439	113.744
Depreciação acumulada	(8.323)	(4.204)	(7.401)	(11.170)	(10.651)	(1.405)	-	(7.901)	(51.055)
Saldo contábil líquido	14.058	5.577	6.813	16.308	7.634	604	157	11.538	62.689
Em 31 de dezembro de 2012									
Saldo Inicial	14.058	5.577	6.813	16.308	7.634	604	157	11.538	62.689
Aquisições	14	910	3.242	5.052	3.167	3.309	5.525	3.702	24.921
Baixas	-	(6)	(34)	(189)	(64)	(75)	-	(142)	(510)
Depreciações	(161)	(469)	(878)	(2.168)	(1.838)	(188)	-	(1.030)	(6.732)
Transferências	-	-	-	108	-	-	(108)	-	-
Saldo contábil líquido	13.911	6.012	9.143	19.111	8.899	3.650	5.574	14.068	80.368
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2012									
Custo	22.395	10.682	17.356	32.361	20.630	5.012	5.574	22.884	136.894
Depreciação acumulada	(8.484)	(4.670)	(8.213)	(13.250)	(11.731)	(1.362)	-	(8.816)	(56.526)
Saldo contábil líquido	13.911	6.012	9.143	19.111	8.899	3.650	5.574	14.068	80.368

CONSOLIDADO	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias em prédios alheios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012									
Custo	22.395	10.682	17.356	32.361	20.630	5.012	5.574	22.884	136.894
Depreciação acumulada	(8.484)	(4.670)	(8.213)	(13.250)	(11.731)	(1.362)	-	(8.816)	(56.526)
Saldo contábil líquido	13.911	6.012	9.143	19.111	8.899	3.650	5.574	14.068	80.368
Em 31 de dezembro de 2013									
Saldo Inicial	13.911	6.012	9.143	19.111	8.899	3.650	5.574	14.068	80.368
Aquisições	68	18.254	2.965	6.652	4.056	429	46.839	4.720	83.983
Baixas	-	(47)	(15)	(151)	(44)	(4)	(62)	(157)	(480)
Depreciações	(192)	(551)	(1.171)	(2.733)	(2.442)	(446)	-	(1.363)	(8.898)
Transferências	2.239	-	-	-	-	-	(2.239)	-	-
Saldo contábil líquido	16.026	23.668	10.922	22.879	10.469	3.629	50.112	17.268	154.973
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2013									
Custo	24.700	28.879	20.297	38.819	24.297	5.244	50.112	27.385	219.733
Depreciação acumulada	(8.674)	(5.211)	(9.375)	(15.940)	(13.828)	(1.615)	-	(10.117)	(64.760)
Saldo contábil líquido	16.026	23.668	10.922	22.879	10.469	3.629	50.112	17.268	154.973

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2013	2012
Imóveis e prédios	3	3
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias em prédios alheios	7	7

a) Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora:

CONTROLADORA	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2011				
Custo	14.292	4.957	12	19.261
Amortização acumulada	(9.162)	(3.334)	(10)	(12.506)
Saldo contábil líquido	5.130	1.623	2	6.755
Em 31 de dezembro de 2012				
Saldo Inicial	5.130	1.623	2	6.755
Aquisições	478	1.539	-	2.017
Baixas	(24)	-	-	(24)
Amortizações	(1.589)	(416)	(2)	(2.007)
Saldo contábil líquido	3.995	2.746	-	6.741
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2012				
Custo	14.324	6.496	12	20.832
Amortização acumulada	(10.329)	(3.750)	(12)	(14.091)
Saldo contábil líquido	3.995	2.746	-	6.741

CONTROLADORA	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2012				
Custo	14.324	6.496	12	20.832
Amortização acumulada	(10.329)	(3.750)	(12)	(14.091)
Saldo contábil líquido	3.995	2.746	-	6.741
Em 31 de dezembro de 2013				
Saldo Inicial	3.995	2.746	-	6.741
Aquisições	3.315	1.506	346	5.167
Baixas	(593)	-	-	(593)
Amortizações	(1.553)	(727)	-	(2.280)
Saldo contábil líquido	5.164	3.525	346	9.035
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2013				
Custo	17.046	8.002	358	25.406
Amortização acumulada	(11.882)	(4.477)	(12)	(16.371)
Saldo contábil líquido	5.164	3.525	346	9.035

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2013	2012
Locação de ponto comercial	25	25
Software	6	6
Marcas e fórmulas	10	10

b) Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado:

CONSOLIDADO	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2011				
Custo	14.292	4.957	257	19.506
Amortização acumulada	(9.162)	(3.334)	(211)	(12.707)
Saldo contábil líquido	5.130	1.623	46	6.799
Em 31 de dezembro de 2012				
Saldo Inicial	5.130	1.623	46	6.799
Aquisições	478	1.539	-	2.017
Baixas	(24)	-	-	(24)
Amortizações	(1.589)	(416)	(16)	(2.021)
Saldo contábil líquido	3.995	2.746	30	6.771
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2012				
Custo	14.324	6.496	257	21.077
Amortização acumulada	(10.329)	(3.750)	(227)	(14.306)
Saldo contábil líquido	3.995	2.746	30	6.771

CONSOLIDADO	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2012				
Custo	14.324	6.496	257	21.077
Amortização acumulada	(10.329)	(3.750)	(227)	(14.306)
Saldo contábil líquido	3.995	2.746	30	6.771
Em 31 de dezembro de 2013				
Saldo Inicial	3.995	2.746	30	6.771
Aquisições	3.316	1.575	346	5.237
Baixas	(593)	-	-	(593)
Amortizações	(1.553)	(732)	(16)	(2.301)
Saldo contábil líquido	5.165	3.589	360	9.114
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2013				
Custo	17.175	8.071	511	25.757
Amortização acumulada	(12.010)	(4.482)	(151)	(16.643)
Saldo contábil líquido	5.165	3.589	360	9.114

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2013	2012
Locação de ponto comercial	25	25
Software	6	6
Marcas e fórmulas	10	10

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Adições temporárias				
Provisão para créditos liquidação duvidosa	949	603	954	603
Provisão para perdas em estoque	1.968	2.188	2.124	2.282
Provisão para indenizações trabalhistas	4.763	2.776	4.802	3.048
Provisão para riscos cíveis	1.809	2.037	1.809	2.037
Provisão tributária	535	-	535	-
Provisão taxa cartão crédito e encargos financeiros	1.006	-	1.006	-
Provisão para programa Fidelidade	4.534	3.809	4.534	3.809
Provisão para ajuste de valor de mercado em investimentos	176	176	176	176
Total base de cálculo	15.740	11.589	15.940	11.955
Imposto de Renda à alíquota 25%	3.935	2.897	3.985	2.989
Contribuição Social à alíquota 9%	1.417	1.043	1.435	1.076
Total impostos diferidos ativos	5.352	3.940	5.420	4.065
Exclusões temporárias				
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07	606	475	606	475
Total base de cálculo	606	475	606	475
Imposto de Renda à alíquota 25%	152	119	152	119
Contribuição Social à alíquota 9%	54	43	54	43
Total impostos diferidos passivos	206	162	206	162
Total impostos diferidos líquidos	5.146	3.778	5.214	3.903

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos e passivos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

2013				2012			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo
	Controladora	Consolidado	Consolidado		Controladora	Consolidado	Consolidado
2014	2.948	2.984	123	2013	2.166	2.235	97
2015	601	609	83	2014	444	458	65
2016	601	609	-	2015	444	458	-
2017	601	609	-	2016	443	457	-
2018	601	609	-	2017	443	457	-
	5.352	5.420	206		3.940	4.065	162

18 Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	69.736	63.549	71.299	64.594
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(23.710)	(21.607)	(24.242)	(21.962)
Participação dos administradores - não dedutíveis	(1.115)	(854)	(1.115)	(854)
Outras despesas não dedutíveis	(338)	(337)	(352)	(338)
Resultado equivalência patrimonial	3.631	1.846	-	-
Juros sobre o capital próprio - benefício	3.972	3.876	4.219	4.138
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-
Incentivos fiscais - cultura - benefício	345	300	345	300
Incentivos fiscais - PAT - benefício	275	308	278	316
Incentivos fiscais - subvenção p/investimentos	3.325	-	3.325	-
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	3.581	1.365
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	(1.372)	(553)
Incentivos fiscais - inovação tecnológica - benefício	-	-	123	35
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	24	24	48	48
Outras deduções	-	-	8	16
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(13.591)</u>	<u>(16.444)</u>	<u>(15.154)</u>	<u>(17.489)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.958)	(16.844)	(16.464)	(17.820)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>1.367</u>	<u>400</u>	<u>1.310</u>	<u>331</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(13.591)</u>	<u>(16.444)</u>	<u>(15.154)</u>	<u>(17.489)</u>

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores nacionais	158.666	150.413	160.036	151.475
Fornecedores partes relacionadas	1.744	1.248	-	-
Total	160.410	151.661	160.036	151.475

20 Empréstimos e financiamentos

	Intervalo de Taxas (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
BNDES Automático	TJLP + 2,40% a 4,30%	11.705	9.748	11.705	9.748
BNDES Finame	3,00% a TJLP + 3,40%	5.322	3.207	5.424	3.366
Capital de Giro – BRB (Fide)	0,25% IGP/DI + 2,40%	-	11.755	-	11.755
BNDES Finem	TJ462 + 3,55% a Selic + 4,55%	30.478	-	30.478	-
Capital de Giro - Badesul	Selic + 2,00%	15.000	5.000	15.000	5.000
		62.505	29.710	62.607	29.869
Circulante		4.671	4.201	4.726	4.257
Não circulante		57.834	25.509	57.881	25.612

Os contratos de empréstimo em vigor possuem cláusulas de vencimento antecipado, cujas mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resumem-se a:

- a) BNDES Automático: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados;
- b) BNDES Finame: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco.
- c) BNDES Finem: aval dos sócios e hipoteca de terreno.

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão apresentados pelo custo amortizado.

A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez.

21 Impostos, taxas e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Impostos, taxas e contribuições a pagar				
Obrigações sociais	5.981	4.194	6.095	4.307
Obrigações fiscais federais	3.165	2.838	3.542	3.129
Obrigações fiscais estaduais	12.586	11.887	13.466	12.650
Obrigações fiscais municipais	325	97	326	99
Total	22.057	19.016	23.429	20.185

22 Férias a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão de férias	10.438	8.786	10.695	9.051
Provisão INSS sobre férias	2.943	2.470	2.976	2.552
Provisão FGTS sobre férias	836	703	856	724
Total	14.217	11.959	14.527	12.327

23 Participações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Gratificações diretoria	3.269	2.513	3.269	2.513
Participação lucro funcionários (PLR)	3.998	5.965	4.062	6.124
Total	7.267	8.478	7.331	8.637

24 Programa de Fidelidade

A Companhia possui um programa de fidelidade chamado Fidelidade Panvel, onde são pontuadas as compras realizadas nas lojas próprias da rede de Farmácias Panvel, pela tele-entrega Alô Panvel e/ou pelo site www.panvel.com.br. O critério de pontuação é de para cada R\$1,00 (hum real) em compras o cliente recebe 3 (três) pontos, sendo que cada 3 (três) pontos correspondem a R\$ 0,02 (dois centavos). Os pontos recebidos poderão ser trocados por produtos de perfumaria nas compras em qualquer loja própria da rede. O prazo de validade dos pontos é de um ano subsequente ao da compra, sendo zerados no ultimo dia do mês.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da receita diferida no Programa de Fidelidade é de R\$ 4.535 (R\$ 3.809 em 2012) sendo classificado integralmente no curto prazo.

25 Obrigações por arrendamento mercantil

A Dimed possui obrigações originadas de contrato de arrendamento mercantil de aeronave, com prazo de 60 meses e taxa pré fixada de 0,87% a.m., sendo que o bem deverá ser adquirido no final do contrato pelo valor residual.

Em análise realizada pela Dimed este contrato foi classificado como arrendamento mercantil financeiro, sendo registrado como ativo imobilizado pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária do bem arrendado.

		Consolidado e Controladora				
		Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
	Arrendamento Mercantil	644	1.288	1.286	-	3.218
Em 31 de dezembro de 2013						
	Arrendamento Mercantil	664	799	1.199	-	2.662

26 Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Dimed, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados.

Abaixo segue quadro das ações cíveis e trabalhistas que estão provisionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis	1.809	2.037	1.809	2.037
Trabalhistas	4.763	2.776	4.802	3.048
Tributárias	535	-	535	-
Não circulante	7.107	4.813	7.146	5.085
Depósitos judiciais	5.363	4.514	5.476	4.572

As movimentações das provisões para as ações cíveis, trabalhistas e tributárias estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis				
Saldo inicial	2.037	2.047	2.037	2.327
Novas provisões	-	1.491	19	1.937
Baixa por pagamento	(69)	(673)	(69)	(1.316)
Reversão	(159)	(828)	(178)	(911)
Saldo final	1.809	2.037	1.809	2.037
Trabalhistas				
Saldo inicial	2.776	2.906	3.048	3.098
Novas provisões	3.690	1.073	3.690	1.153
Baixa por pagamento	(703)	(1.053)	(888)	(1.053)
Reversão	(1.000)	(150)	(1.048)	(150)
Saldo final	4.763	2.776	4.802	3.048

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributárias				
Saldo inicial	-	-	-	-
Novas provisões	535	-	535	-
Baixa por pagamento	-	-	-	-
Reversão	-	-	-	-
Saldo final	535	-	535	-

(a) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, cujo processo mais relevante refere-se a questionamento sobre possíveis diferenças de valores de aluguel de uma locação de imóvel.

Nas provisões trabalhistas podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Dimed não possui ações que individualmente representem valores relevantes ou significativos.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2013 ações de natureza cível e trabalhista, cuja probabilidade de desfecho do processo seja de perda possível, de acordo com parecer de seus consultores jurídicos internos, no montante estimado em R\$ 66 (R\$ 58 em 2012) para ações cíveis e R\$ 260 (R\$ 483 em 2012) para ações trabalhistas.

(b) Tributárias

Trata-se de dívida ativa da União cujo objeto é compensação de créditos federais através de perdcomp, sendo homologada parcialmente pela Receita Federal. O restante do pedido de compensação está sendo discutida através de processo judicial que tramita na 3ª Vara Federal de Porto Alegre.

27 Receitas diferidas – Subvenção/Investimentos

A Companhia recebeu em dezembro de 2011, doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado à construção das instalações de um novo Centro de Distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, sendo reconhecido pelo valor de R\$ 5.026 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, haja vista que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da Companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

28 Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia participa do programa Competitividade firmado com o Estado do Espírito Santo. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores jurídicos, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas informações contábeis intermediárias.

29 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Dimed, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 227.000 (R\$ 195.000 em 2012) representado por 4.119.052 ações ordinárias e 449.523 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão as seguintes características e vantagens: a) terão direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o dividendo atribuído a cada ação Ordinária; b) terão direito de participar em igualdade de condições com as ações Ordinárias em distribuição, pela Companhia, de ações ou quaisquer outros títulos às vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas do Capital Social; c) terão prioridade no reembolso do capital social na eventualidade de liquidação da sociedade; d) as ações Preferenciais, qualquer que seja sua forma, não terão direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral adquirindo contudo, esse direito, se não lhes for atribuído durante 03 (três) exercícios consecutivos, o dividendo previsto no artigo 24, letra "b" do Estatuto Social da Dimed S.A.; e) as ações Preferenciais serão irredimíveis e inconvertíveis em ações Ordinárias. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Foi aprovado aumento de capital, através de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2013, no montante de R\$ 32.000, mediante a incorporação da parcela da conta reserva para aumento de capital no valor de R\$ 31.905 e parcela da conta reserva legal no valor de R\$ 95, sem emissão de novas ações. Adicionalmente, foi aprovada a utilização do saldo remanescente da reserva para aumento de capital no valor de R\$ 276 para o cancelamento de 2.007 ações ordinárias escriturais de emissão da própria Companhia, já anteriormente adquiridas e existentes em tesouraria em 31 de dezembro de 2011, sem diminuição do capital social.

(b) Reserva de Lucros

(i) Reserva para futuro aumento de capital

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24 clausula "c". O saldo desta reserva está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no mês de abril de 2014.

(ii) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2014.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 3.000 ações ordinárias nominativas (2.007 ações ordinárias nominativas em 2012), adquiridas ao custo médio de R\$ 205,73 (em unidade de reais) por ação (R\$ 148,26 em 2012). O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 222. Os juros sobre o capital próprio não foram pagos ou creditados sobre estas ações.

(d) Remuneração dos acionistas

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária. De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Dimed calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo – TJLP vigente no exercício, de acordo com a tabela abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Montante (em mil R\$)	Valor em R\$ ação		Data prevista p/pgto
				ON	PN	
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	09/08/2013	2.500	0,542003	0,596203	30/08/2013
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	09/08/2013	2.500	0,542003	0,596203	30/09/2013
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	20/12/2013	3.341	0,724643	0,797107	28/03/2014
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	20/12/2013	3.341	0,724643	0,797107	30/04/2014
Total			11.682			

A opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu a carga tributária da Companhia em torno de R\$ 3.971 (R\$ 3.876 em 2012), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

Adicionalmente, a Administração da Companhia propõe a distribuição de dividendos por conta do exercício de 2013, no valor de R\$ 1.661 (distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.169 referentes ao exercício 2012), a serem pagos a partir de 31 de maio de 2014. O montante líquido dos juros sobre capital próprio pago ao longo do exercício de 2013, somado ao valor dos dividendos relativos ao exercício de 2012, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

O valor dos referidos juros foram imputados aos dividendos, sendo calculados como segue:

	Controladora	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	56.145	47.105
Reserva Legal - 5%	(2.807)	(2.355)
Reserva para incentivos fiscais	(9.781)	-
Base de cálculo dos dividendos	43.557	44.750
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	10.890	11.188
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	11.682	11.400
Juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	(2.453)	(1.381)
Dividendos propostos	1.661	1.169
	10.890	11.188

30 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 29).

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera que não possui efeitos de diluição de ações ordinárias ou preferenciais, pois não há opções de compra ou conversão destas ações.

2012			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.123.278	449.675	4.572.953
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(8.583)	(480)	(9.063)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.114.695	449.195	4.563.890
% de ações em relação ao total	90,17%	9,83%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	42.473.144	4.632.021	47.105.165
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.114.695	449.195	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	10,32231	10,31183	

2013			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.119.052	449.523	4.568.575
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(3.000)	-	(3.000)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.116.052	449.523	4.565.575
% de ações em relação ao total	90,16%	9,84%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	50.620.903	5.524.392	56.145.296,11
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.116.052	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	12,29841192	12,28945349	

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

31 Receitas líquidas de vendas e serviços

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Vendas brutas de produtos e serviços	1.867.693	1.633.486	1.885.848	1.646.173
Impostos sobre vendas	(105.950)	(94.269)	(112.281)	(100.166)
Devoluções e descontos	(32.147)	(20.986)	(32.422)	(21.049)
Programa de fidelidade	(725)	(958)	(725)	(958)
Receita líquida	1.728.871	1.517.273	1.740.420	1.524.000

32 Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo das mercadorias vendidas	1.366.175	1.188.071	1.354.415	1.176.286
Custo dos produtos vendidos	-	-	12.738	11.909
Outros custos	(8.754)	(6.917)	(8.754)	(6.917)
	1.357.421	1.181.154	1.358.399	1.181.278

33 Despesas e participações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com vendas e participações				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	161.974	134.525	162.756	135.203
Despesas com aluguéis e leasing	52.698	42.224	46.809	38.499
Despesas com fretes	27.971	32.189	28.448	32.672
Despesas com taxas de cartão	20.032	15.693	20.032	15.693
Despesas com publicidade	11.440	10.975	11.943	11.398
Despesas com utilidades e serviços	11.134	9.584	11.150	9.601
Despesas com depreciação	8.763	7.693	8.800	7.713
Perdas de estoque	7.086	5.484	7.523	5.603
Participação dos empregados nos resultados	4.825	6.286	4.869	6.410
Perdas de contas a receber, PDD	877	815	877	925
Despesas com manutenção	3.951	2.785	3.954	2.787
Participação dos administradores	2.979	2.105	2.979	2.105
Remuneração dos dirigentes	-	354	-	354
Outras despesas com vendas	23.721	15.692	24.249	16.743
	337.451	286.404	334.389	285.706

Despesas administrativas e participações				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	26.657	22.477	28.212	23.727
Despesas com alugueis e leasing	450	787	482	803
Despesas com publicidade	889	621	889	623
Despesas com utilidades e serviços	1.250	1.249	1.272	1.251
Despesas com manutenção	1.368	1.235	2.116	1.239
Despesas com depreciação	1.897	608	2.399	781
Participação dos empregados nos resultados	489	1.525	523	1.608
Despesas bancárias	1.977	1.687	1.987	1.700
Participação dos administradores	302	408	302	408
Remuneração dos dirigentes	4.923	3.884	4.963	3.920
Outras despesas administrativas	2.712	3.077	1.925	3.087
	42.914	37.558	45.070	39.147

34 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ressarcimento de custos com aportes(*)	68.511	52.541	68.511	52.541
Receita outros serviços	2.619	1.889	2.711	1.899
Receita com subvenção de investimentos	9.781	-	9.781	-
Receita com aluguéis de imóveis	33	-	33	-
Vendas de ativo imobilizado	122	199	116	266
Ressarcimento de diferença de caixa	154	-	154	-
Custo Vendas Imobilizado	(338)	(476)	(338)	(534)
Deduções s/ outras receitas operacionais	(6.501)	(5.032)	(6.501)	(5.032)
Reversão de provisões constituídas	350	-	398	83
	74.731	49.121	74.865	49.223

(*) São classificados como ressarcimento de custos com aportes os valores recebidos pelos fornecedores pela locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade.

35 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	1.836	2.696	1.859	2.891
Rendimento aplicações financeiras	901	1.182	1.234	1.798
Descontos financeiros obtidos	394	469	399	476
Variações monetárias	35	-	88	68
	3.166	4.347	3.580	5.233
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	6.281	4.538	6.685	4.773
Bonificações pagas	882	1.479	940	1.511
Juros sobre financiamentos	1.262	1.239	1.268	1.249
Outras despesas financeiras	1.502	251	815	198
	9.927	7.507	9.708	7.731

36 Transação com partes relacionadas**(a) Saldos e transações**

Os montantes das transações realizadas no ano de 2013 pela Dimed com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores	-	-	1.744	1.248
Partes relacionadas - mútuo	9.559	-	5.265	-

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda	
	2013	2012	2013	2012
Compra de mercadorias e serviços	-	-	16.714	15.735
Receita com prestação de serviços	6.044	3.793	-	354
Despesas financeiras	464	66	266	-

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores de venda de acordo com tabela de preços disponível ao mercado e prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	2013	2012
Remuneração fixa	4.923	4.238
Encargos sociais	1.378	1.187
Participação nos resultados	3.281	2.513
Total	9.582	7.938

Estes valores estão apresentados nas rubricas "Despesas com vendas e participações" e "Despesas administrativas e participações", na demonstração do resultado e detalhados na Nota 33.

37 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui imóveis penhorados, como forma de garantia para processos. A tabela abaixo indica a posição destas garantias em 31 de dezembro de 2013:

Matrícula nº.	Descrição do imóvel	Descrição do processo	Valor contábil aquisição (R\$ mil)	Valor contábil depreciação (R\$ mil)	Valor contábil residual (R\$ mil)
8.332	Prédio Br 101- São José – SC	Processo nº 039.96.001736-2/004 de 27/11/2008	3.307	926	2.381
11.039	Conj. 1 Edifício Patriarca rua dos Andradas 1700e 1706, rua Dr. Flores 252 e 262	Processo 11080.005503/02004-87 Delegacia da Receita Federal	405	371	34
946	Prédio de material Rua Santos Dumont, 487 – Centro Pelotas	Justiça do trabalho processo R6-946 Robson da Silva Terres 10/03/2009	45	22	23

A Dimed possuía em 31 de dezembro de 2013 fianças bancárias em aberto, beneficiando terceiros. Essas fianças têm basicamente dois objetivos:

- a) Compras: alguns fornecedores exigem a emissão de fiança em seu favor como garantia para as compras efetuadas pela Dimed. É um procedimento comum no mercado.
- b) Processos administrativos e judiciais: fianças oferecidas como garantia para processos destas naturezas.

A tabela abaixo contém a abertura das fianças em vigor em 31 de dezembro de 2013:

Nº Contrato	Fiador	Beneficiária	Vencimento	Valor R\$ mil	Finalidade
100412030093100	Itau	ROCHE (Fornecedor)	12/03/2013	1.800	Compras
181494512	Santander	NOVARTIS (Fornecedor)	19/12/2013	1.960	Compras
2043205-5	Banco Bradesco S/A	FAZENDA PUBLICA FEDERAL	Indeterminado	850	Proc. Judicial 2009.71.00.035577-6
2.010.834-7	Banco Bradesco S/A	FAZENDA ESTADUAL DO RGS	Indeterminado	308	Proc. Administrativo nº 001038-14.00/03-1
2053951-8	Banco Bradesco S/A	FAZENDA ESTADUAL DE SCA	Indeterminado	435	Proc. Administrativo nº 064.98.006082-0
Total				5.353	

38 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2013 a Dimed possuía 293 contratos de locação para suas unidades comerciais, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais são segregados em duas categorias: fixo e variáveis. Sendo que os contratos variáveis em geral possuem um valor mínimo, cabendo a Dimed a obrigação mensal, neste caso, do pagamento do maior valor entre os dois. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, em 31 de dezembro de 2013 totalizam um montante mínimo de R\$ 329.733, assim distribuídos:

<u>Exercício</u>	<u>Valor Fixo</u>	<u>Valor variável (estimado)</u>
Até um ano	33.074	21.414
Mais de um ano até cinco	146.681	128.564

39 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga, veículos, aeronaves, risco de engenharia, dentre outras. Segue abaixo o LMI (Limite Máximo de Indenização) das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R\$ mil
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Morais + Dano Materiais
Apólices de Incêndio	R\$ 79.000
Apólices de Responsabilidade Civil	R\$ 11.000
Apólice de Transporte	R\$ 500 por transporte
Apólice Risco Engenharia	R\$ 59.000
Apólice Aeronave	R\$ 3.900

40 Informações por segmento

As Informações por Segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da companhia, para a gestão do negócio.

Os segmentos da companhia estão divididos em Medicamento, Perfumaria e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	MEDICAMENTO		PERFUMARIA		CORPORATIVO		CONTROLADORA	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
OPERAÇÕES CONTINUADAS								
Receita líquida de vendas e serviços	1.178.456	1.044.120	550.415	473.153	-	-	1.728.871	1.517.273
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(903.961)	(799.912)	(453.460)	(381.242)	-	-	(1.357.421)	(1.181.154)
LUCRO BRUTO	274.495	244.208	96.955	91.911	-	-	371.450	336.119
Despesas com vendas	(224.698)	(191.316)	(104.949)	(86.697)	-	-	(329.647)	(278.013)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	39.383	25.887	35.348	23.234	-	-	74.731	49.121
Despesas administrativas	-	-	-	-	(42.123)	(35.625)	(42.123)	(35.625)
Resultado em equivalência patrimonial em controladas	-	-	-	-	10.681	5.431	10.681	5.431
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	89.180	78.779	27.354	28.448	(31.442)	(30.194)	85.092	77.033
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>	-	-	-	-	(6.761)	(3.160)	(6.761)	(3.160)
Receitas financeiras	-	-	-	-	3.166	4.347	3.166	4.347
Despesas financeiras	-	-	-	-	(9.927)	(7.507)	(9.927)	(7.507)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÕES	89.180	78.779	27.354	28.448	(38.203)	(33.354)	78.331	73.873
Participações	-	-	-	-	(8.595)	(10.324)	(8.595)	(10.324)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	89.180	78.779	27.354	28.448	(46.798)	(43.678)	69.736	63.549
Corrente	-	-	-	-	(14.958)	(16.844)	(14.958)	(16.844)
Diferido	-	-	-	-	1.367	400	1.367	400
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	89.180	78.779	27.354	28.448	(60.389)	(60.122)	56.145	47.105

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas políticas descritas na Nota Explicativa nº 2 - Resumo das Principais Políticas Contábeis.

Os ativos e passivos por segmento de negócio não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da administração.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.
